

001/2026

GUIA

**ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE CONTROLE
INTERNO 2025 DAS AUTARQUIAS E
FUNDAÇÕES**

MARGARIDA SALOMÃO
PREFEITA

MARCELO DETONI
VICE-PREFEITO

DIEGO PESSOA
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA GESTÃO OPERACIONAL

GENY BRAZ | GERENTE
WILSON OLIVEIRA | SUPERVISOR

Objetivo

Este Guia tem como objetivo auxiliar a Administração Indireta na elaboração do Relatório de Controle Interno, em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 04/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O modelo de Guia apresentado nas páginas seguintes poderá ser ampliado e adaptado no momento da elaboração do Relatório, observada a autonomia da Unidade Gestora.



Fotografia de Juiz de Fora - 2025

[Informar o Nome da Autarquia ou Fundação]

**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO SOBRE
AS CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2025**

**Titular da Autarquia ou Fundação
Nome do Cargo**

**Controle Interno Setorial
Inserir o Nome dos Responsáveis**

Índice

1. Introdução.....	7
2. Avaliação da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.....	8
2.1. Avaliação Orçamentária.....	8
 2.1.1 Balanço Orçamentário.....	8
 2.1.2 Balanço Orçamentário.....	9
2.2. Avaliação Financeira.....	11
 2.2.1 Balanço Financeiro.....	11
 2.2.2 Análise do Balanço Financeiro.....	11
2.3. Balanço Patrimonial.....	13
 2.3.1 Indicadores do Balanço Patrimonial.....	13
2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	15
 2.4.1 Análise das Variações Patrimoniais.....	15
2.5. Demonstração do Fluxo de Caixa.....	16
 2.5.1 Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	16
3. Disponibilidades x Restos a Pagar.....	18
4. Destinação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos.....	19
5. Ações de Controle Realizadas.....	20
6. Aplicação de Recursos Públicos realizada por Entidades Privadas.....	21
7. Medidas Adotadas para Proteção do Patrimônio Público.....	22
8. Avaliação das Metas da LOA e do PPA.....	23
9. Cumprimento dos prazos de encaminhamento de informações por meio do SICOM.....	25
10. Parecer Conclusivo.....	26
11. Anexos:.....	27
 11.1 - Tabela 01 - Balanço Orçamentário – Receitas.....	27
 11.2 - Tabela 02 - Balanço Orçamentário - Despesas.....	27
 11.3 - Tabela 03 - Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	27
 11.4 - Tabela 04 - Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.....	27
 11.5 - Tabela 05 - Balanço Financeiro.....	27
 11.6 - Tabela 06 - Balanço Patrimonial.....	28
 11.7 - Tabela 07 - Demonstração das Variações Patrimoniais.....	28
 11.8 - Tabela 08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	28

1. Introdução

As informações que integram este relatório foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM. Os demonstrativos contábeis analisados foram elaborados em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964, além de acompanhar e atender os normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Conselho Federal de Contabilidade quanto aos procedimentos relativos à elaboração e a divulgação desses demonstrativos para torná-los convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Considera-se, ainda, o inciso I do caput e o § 1º do art. 3º e art. 9º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as diretrizes são consubstanciados Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – 11ª Edição.

Além disto, atende à determinação contida na Portaria nº 341 - CGM, de 22 de janeiro de 2026, que aprova o Guia do Relatório de Controle Interno das Autarquias e Fundações, consoante ao estabelecido no Anexo 1 da Instrução Normativa nº 04/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que disciplina a organização e a apresentação das contas anuais, o (a) **[informar o nome da autarquia ou fundação]** apresenta o resultado das análises das contas anuais do exercício de 2025 e o parecer conclusivo sobre as mesmas, demonstradas no presente Relatório de Controle Interno.

2. Avaliação da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Neste tópico estão avaliados, separadamente, os indicadores do Balanço Patrimonial e as análises da Execução Orçamentária, análise do Balanço Financeiro, análise das Variações Patrimoniais e a análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os valores desses indicadores têm como base os demonstrativos das “Demonstrações Contábeis”.

Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar os efeitos da inflação.

2.1. Avaliação Orçamentária

O Orçamento do **[informar o nome da entidade]**, para o exercício de 2025, instituído por meio da Lei Municipal nº 15.042, de 26 de dezembro de 2024, estimou a receita no montante de **[R\$]** e as transferências financeiras recebidas, perfaz o total de **[R\$]**. A despesa fixada corresponde ao mesmo montante, isto é, no valor total de **[R\$]**.

2.1.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e alinhado às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018 e aprovada pelo CFC, e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP - 11ª edição demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Sua estrutura evidencia a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. Demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, que são detalhadas em níveis relevantes de análise, por meio do confronto entre o orçamento inicial e suas alterações com a execução orçamentária, demonstrando, assim, o resultado orçamentário, conforme se verifica no “item 8 – Anexos”, Tabelas de 01 a 04.

A receita arrecadada foi da ordem de [R\$]. Desse total, destacam-se as receitas próprias arrecadadas pela [informar o nome da autarquia ou fundação], quais sejam: [informar as receitas arrecadadas pela entidade].

As transferências dos recursos financeiros do Tesouro Municipal foram da ordem de [R\$], utilizados para fazer face às despesas executadas no exercício.

A despesa total executada no exercício foi de [R\$], sendo que [x%] dos gastos foram na categoria econômica das Despesas Correntes, que correspondem aos gastos relativos à pessoal e às despesas administrativas, classificadas como Outras Despesas Correntes. Já as Despesas de Capital totalizaram [R\$] e referem-se [informar os gastos ocorridos].

Orientação:

O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de Notas Explicativas que demonstrem no mínimo o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas).

2.1.2 Balanço Orçamentário

Quociente do Equilíbrio Orçamentário:

$$\frac{\text{Dotação Atualizada da Despesa}}{\text{Previsão Inicial da Receita + Prev. Transferências}} = \#DIV/0!$$

Orientação:

Este quociente é resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Atualizada da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA. Se o resultado for igual a "1" demonstra o equilíbrio. Se o resultado for maior do que "1", a diferença representa o montante de créditos adicionais abertos. Caso seja menor do que "1", a lei orçamentária pode ter sido aprovada com superávit, e não com equilíbrio. Conclusão: o ideal é igual a "1".

Quociente de Execução da Receita:

$$\frac{\text{Receita Realizada + Saldo das Transferências}}{\text{Previsão Inicial da Receita + Prev. Transferências}} = \#DIV/0!$$

Orientação:

Este é o indicador que permite avaliar a precisão do orçamento, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas. Igual a "1" indica que a receita executada é igual à prevista. Sendo maior do que "1", evidencia que a Receita Realizada foi maior que a Receita Prevista, a diferença representa o excesso de arrecadação. Se o resultado for menor que "1", a Receita Arrecadada foi menor que a Receita Prevista, a diferença demonstra que a arrecadação foi menor em relação à previsão. Conclusão: quanto maior que "1" melhor.

Quociente de Execução da Despesa:

$$\frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Dotação Atualizada da Despesa}} = \#DIV/0!$$

Orientação:

Este quociente avalia a eficácia do orçamento no que se refere à fixação da despesa, bem como relação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo de planejamento/execução ou uma economia orçamentária. Se o resultado for igual a "1", demonstra o equilíbrio da despesa. Caso o resultado for maior que "1", demonstra a utilização de dotação orçamentária sem a devida autorização legal. Se for menor do que "1", evidencia a economia orçamentária. Conclusão: quanto menor que "1" melhor.

Quociente de Resultado Orçamentário:

$$\frac{\text{Receita Realizada} + \text{Saldo das Transferências}}{\text{Despesa Empenhada}} = \#DIV/0!$$

Orientação:

Este quociente é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit. Assim, se o resultado for igual a "1", demonstra o equilíbrio da execução orçamentária. Quando o resultado for maior do que "1", indica a existência de "superávit" orçamentário de execução. Ocorrendo o contrário, o resultado menor do que "1", evidencia "déficit" orçamentário de execução.

Obs.: Saldo das Transferências = Transferências Financeiras Recebidas – Transferências Financeiras Concedidas

2.2. Avaliação Financeira

Em atendimento ao artigo 8º da Lei Complementar nº. 101/2000, o Poder Executivo estabeleceu a “programação financeira e o cronograma mensal de desembolso” trinta dias após a publicação da LOA. Esse cronograma é considerado um instrumento de acompanhamento, pois visa estabelecer o equilíbrio entre o fluxo provável dos recursos financeiros e a necessidade de atendimento das despesas já fixadas no orçamento.

2.2.1 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, com a NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018, aprovada pelo CFC, e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP - 11ª edição, tem por finalidade demonstrar a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados aos saldos em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme se verifica no “item 8 – Anexos”, Tabela 05.

Orientação:

O Balanço Financeiro deverá ser acompanhado de Notas Explicativas. Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanço Financeiro, portanto qualquer procedimento que afetar o resultado financeiro deverá ser evidenciado em notas explicativas.

2.2.2 Análise do Balanço Financeiro

Quociente do Resultado Financeiro

Receita Realizada + Saldo das Transferências	0,00	= #DIV/0!
Despesa Orçamentária Paga	0,00	

Orientação:

Este quociente demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit de execução orçamentária e financeira, visto que é considerada a despesa pelo regime de caixa. Sendo igual a "1" demonstra que há equilíbrio na execução orçamentária e financeira. Maior que "1" evidencia um superávit orçamentário na execução e na movimentação financeira. Menor que "1" há déficit orçamentário na execução e na movimentação financeira. Conclusão: quanto maior, melhor.

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

$$\frac{\text{Saldo p/o exercício seguinte}}{\text{Saldo do exercício anterior}} = \#DIV/0!$$

Orientação:

Esse quociente demonstra o saldo que passa para o exercício seguinte em confronto com o saldo do exercício anterior. Assim, por meio dessa relação, obtém-se outra forma de evidenciar o resultado do exercício financeiro. Se o resultado for igual a "1" demonstra equilíbrio entre os recebimentos e os pagamentos do período. Caso o resultado for maior do que "1", demonstrando um "superávit" financeiro, ou seja, os recebimentos do exercício foram maiores que os pagamentos do exercício. Se menor do que "1", o saldo que passa para o exercício seguinte é menor do que o saldo anterior. Essa hipótese evidencia a ocorrência de um "déficit" financeiro, isto é, os recebimentos do exercício foram menores do que os pagamentos do exercício.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}} = \#DIV/0!$$

Orientação:

Esse quociente indica o quanto a Receita Orçamentária Arrecadada representa em relação a Despesa Orçamentária Paga. Assim, por meio dessa relação, obtém-se outra forma de evidenciar o resultado financeiro real. Sendo igual a "1" demonstra que há equilíbrio na execução orçamentária e financeira. Maior que "1" evidencia um superávit orçamentário na execução e na movimentação financeira e indica que as receitas

orçamentárias recebidas foram superiores às despesas orçamentárias pagas. Menor que “1” há déficit financeiro, ou seja, indica que as receitas orçamentárias recebidas foram menores que as despesas orçamentárias pagas. Conclusão: Quanto maior o quociente, menor será a necessidade de transferências financeiras para execução da despesa orçamentária.

Obs.: Não inserir o Saldo de Transferências, pois “os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.” (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, p. 554 – 11ª Edição).

2.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, com a NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018, aprovada pelo CFC, e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP - 11ª edição, demonstra a posição estática dos bens, direitos e obrigações resultantes da gestão econômica do Município e evidencia os aspectos qualitativos e quantitativos do Patrimônio no final do exercício financeiro, conforme se verifica no “item 8 – Anexos”, Tabela 06.

Orientação:

O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de Notas Explicativas. A entidade deve divulgar, no balanço patrimonial ou nas notas explicativas, rubricas adicionais às contas apresentadas (subclassificações), classificadas de forma adequada às operações da entidade.

2.3.1 Indicadores do Balanço Patrimonial

Situação Financeira:

Ativo Financeiro	0,00	=	#DIV/0!
Passivo Financeiro	0,00		

Orientação:

Este quociente indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. O Resultado igual a "1" demonstra equilíbrio na situação Financeira. Se maior que "1" demonstra a existência de Superávit Financeiro. Sendo menor que "1" demonstra a existência de Déficit Financeiro. Quanto maior for o resultado melhor.

Liquidez Corrente:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{0,00}{0,00} = \text{#DIV/0!}$$

Orientação:

Este quociente demonstra quanto a entidade possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparando com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. Assim, se o resultado for igual a "1", indica o equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. Sendo maior do que "1", indica sobra de Ativo de curto prazo para honrar os Passivos de Curto Prazo. Caso ocorra o contrário, o resultado menor do que "1" indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo. Conclusão: quanto maior, melhor.

Endividamento Geral:

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} = \frac{0,00}{0,00} = \text{#DIV/0!}$$

Orientação:

Este índice é utilizado para apurar o grau de endividamento da entidade, demonstrando quanto do ativo total da entidade está comprometido com exigibilidades. Assim, se o resultado for igual a "1" demonstra que a totalidade dos ativos está comprometida com todas as obrigações e dívidas. Maior que "1" indica que as obrigações e dívidas ultrapassam os ativos da entidade. Sendo menor que "1" indica que apenas uma parcela dos ativos está comprometida com as obrigações e dívidas. Assim, quanto menor, melhor.

Composição de Endividamento:

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \frac{0,00}{0,00} = \#DIV/0!$$

Orientação:

Este índice demonstra quanto da dívida da entidade é exigível no próximo exercício. Assim, se o resultado for igual a "1" indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. Menor que "1" indica quanto da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro. Assim, quanto menor, melhor.

2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e com a NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018, aprovada pelo CFC, e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP - 11ª edição, evidencia as variações patrimoniais diminutivas e as variações patrimoniais aumentativas, visando demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade, conforme se verifica no "item 8 – Anexos", Tabela 07.

Orientação:

A Demonstração das Variações Patrimoniais deverá ser acompanhada de Notas Explicativas, divulgando separadamente a natureza e valores dos itens relevantes ou que sejam merecedores de destaque, que compõem as VPA e as VPD.

2.4.1 Análise das Variações Patrimoniais

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{Total das Variações Aumentativas}}{\text{Total das Variações Diminutivas}} = \frac{0,00}{0,00} = \#DIV/0!$$

Orientação:

Indica se no período ocorreu superávit ou déficit patrimonial. Resultado igual a "1", demonstra situação patrimonial equilibrada. Maior que "1", demonstra superávit patrimonial do exercício. Se menor que "1", indica déficit patrimonial do exercício. Conclusão: quanto maior, melhor.

2.5. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa especifica as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, o que permite maior gerenciamento e controle financeiro da entidade. As contas utilizadas são as da classe de Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções, conforme se verifica no "item 8 – Anexos", Tabela 08.

Orientação:

A Demonstração do Fluxo de Caixa deverá ser acompanhada de Notas Explicativas, quando os itens que compõem os fluxos de caixa forem relevantes.

2.5.1 Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quociente da Capacidade de Amortização da Dívida

$$\frac{\text{Caixa Liq. Gerado nas Operações}}{\text{Total do Passivo}} = \#DIV/0!$$

Orientação:

Indica a parcela de recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida. Conclusão: quanto maior, melhor.

Quociente da Atividade Operacional

$$\frac{\text{Caixa Liq. Gerado nas Operações}}{\text{Total da Geração Liq. De Caixa}} = \frac{0,00}{0,00} = \text{\#DIV/0!}$$

Orientação:

Indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade que foi atribuída às atividades operacionais. Conclusão: quanto maior, melhor.

3. Disponibilidades x Restos a Pagar

Tabela 9

Disponibilidades e Obrigações Financeiras	Posição em: 31/12/2025
Disponibilidades (A)	0,00
Caixa	
Bancos e Aplicações Financeiras	
Obrigações Financeiras (B)	0,00
Consignações	
Restos a Pagar - Exercícios Anteriores	
Restos a Pagar Processados Inscritos em 2025	
Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2025	
Resultado (A-B) Superávit/Déficit Financeiro	0,00

Orientação:

Descrever o resultado apresentado, se superávit/déficit, devendo ser evidenciado os motivos que influenciaram o resultado. Devem ser demonstrados, ainda, valores que porventura estejam conciliados (ex. bloqueio judicial).

4. Destinação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos

Orientação:

Caso tenha ocorrido alienação de ativos, deverão ser listados os bens alienados com seus valores, bem como a destinação dos recursos arrecadados.

5. Ações de Controle Realizadas

Orientação:

Relatar os acompanhamentos contínuos de gestão efetuados pela CGM e pela comissão de controle interno setorial, destacando as recomendações, as ações adotadas para atendimento às normas técnicas e orientações editadas pela CGM e demais legislações pertinentes às áreas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, indicando, ainda, as providências adotadas diante de falhas, irregularidades ou ilegalidades porventura constatadas, de acordo com as seguintes etapas:

1^a – Para essa etapa deverá ser relatado o resultado dos monitoramentos e dos exames efetuados pela comissão durante as reuniões no decorrer do exercício em análise, destacando os acompanhamentos realizados, sistematicamente, com a finalidade de diminuir riscos e implementar melhorias;

2^a – Relatar e avaliar os repasses de recursos para as entidades com ou sem fins lucrativos, demonstrando a forma de repasse, se por meio de termo de convênio ou contrato de gestão, bem como a regular prestação de contas;

3^a – Relatar e avaliar a regularidade das contratações efetuadas no decorrer do exercício, de acordo com as seguintes diretrizes: adequação da despesa no que se refere à modalidade e ao tipo de certame licitatório, bem como ao seu enquadramento em dispensa ou inexigibilidade;

4^a – Relatar e avaliar os contratos vigentes, visando verificar: ocorrência de despesas sem cobertura contratual; prorrogações.

6. Aplicação de Recursos Públicos realizada por Entidades Privadas

Orientação:

Se houver, informar o valor total aplicado no exercício de 2025 e informar em separado as informações por favorecido indicando objeto e valor.

7. Medidas Adotadas para Proteção do Patrimônio Público

Orientação:

Elaborar a avaliação das providências adotadas pelo gestor para a proteção do patrimônio público, em especial o ativo imobilizado, como por exemplo: Patrimonialização de bens; Emissão de Termo de Responsabilidade para assinaturas dos responsáveis pelo bem; Emissão de Termo de Transferência, no caso de movimentação do bem dentro das unidades e setores; Emissão de Termo de Cessão; Emissão de Termo de Permissão de Uso; Formalização de Boletim de Ocorrência, em razão de furto ou roubo de bem móvel; informações sobre o inventário anual; controle e medidas protetivas para os bens imóveis; Diante de danos causados ao erário, abertura de sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou tomadas de contas especiais, instaurados no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e de comunicado ao Tribunal de Contas.

8. Avaliação das Metas da LOA e do PPA

TABELA 10

Avaliação do Cumprimento das Metas Previstas para 2025			
Programa:			
META	PPA	LOA	Execução
Física	0	0	0
Financeira	0,00	0,00	0,00

Programa:			
META	PPA	LOA	Execução
Física	0	0	0
Financeira	0,00	0,00	0,00

O (A) [informar o nome da entidade] executou [informar a quantidade de programas] programas, por meio de [informar a quantidade de ações] ações. Os programas de maior relevância acima demonstrados são analisados a seguir.

O programa [informar o nome do programa que seja analisado e constante na tabela 1] tem por finalidade garantir [citar o objetivo do programa]. Os resultados alcançados em 2025 foram [citar os resultados com base na execução física e financeira, pelo valor empenhado].

A execução orçamentária do programa durante o exercício de 2025 alcançou o montante de [R\$], cujos respectivos empenhos demonstram que os mesmos foram destinados para o pagamento [informar os tipos de gastos – se para o pagamento de material de consumo, diárias, aquisição de bens, contratação de serviços, etc.], voltados para atender o objetivo do programa.

Assim, considerando as informações supracitadas e os objetivos dos programas, a execução orçamentária foi **[informar o resultado da execução orçamentária, se adequadamente executada ou não]**.

9. Cumprimento dos prazos de encaminhamento de informações por meio do SICOM

Orientação:

Elaborar um levantamento dos envios e relatar as dificuldades acaso enfrentadas.

10. Parecer Conclusivo

Em conclusão ao exame do processo de prestação de contas do exercício de 2025 do(a) **[informar o nome da autarquia ou fundação]**, destacam-se que:

Orientação:

Destacar os resultados anteriormente apresentados, que foram positivos, bem como observar aqueles que não foram satisfatórios, mas que, no entanto, a Entidade esteja propondo melhorias.

Conclui-se que tal prestação encontra-se em condições de ser submetida à apreciação da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Juiz de Fora, XX de março de 2026.

Gestor da Entidade

11. Anexos:

Inserir **Notas Explicativas** no mesmo modelo repassado no exercício anterior. Elaboração das DCASP: deverão ser extraídas do DIMREL, opção SICOM.

11.1 - Tabela 01 - Balanço Orçamentário – Receitas

Inserir Balanço Receitas

11.2 - Tabela 02 - Balanço Orçamentário - Despesas

Inserir Balanço Despesas

11.3 - Tabela 03 - Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Inserir Planilha RPNP do Balanço Orçamentário

11.4 - Tabela 04 - Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Inserir Planilha RPP e RPNP liquidados do Balanço Orçamentário

11.5 - Tabela 05 - Balanço Financeiro

Inserir Balanço Financeiro

11.6 - Tabela 06 - Balanço Patrimonial

Inserir Balanço Patrimonial

11.7 - Tabela 07 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Inserir Demonstração das Variações Patrimoniais

11.8 - Tabela 08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Inserir Demonstração dos Fluxos de Caixa